



ELEMENTOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nayara Nascimento Souza¹, Samireile Silvano Messias², Lígia Mara Jung³, Ednaldo Michellon⁴

RESUMO: A certificação de produtos orgânicos é uma garantia ao consumidor de que o alimento ofertado, seja ele frutas, verduras ou carnes, foi produzido de maneira orgânica, ou seja, sem a utilização de agrotóxicos. Contudo, não somente para consumidores como para os próprios agricultores são notáveis as vantagens da certificação. Um dos benefícios é a prioridade em projetos governamentais assim como na venda dos produtos para mercados institucionais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), além de que os alimentos certificados passam a ser mais valorizados resultando em um maior preço de mercado. Envolvida nesse processo de certificação, a Universidade Estadual de Maringá – UEM, por meio do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos – PPCPO/UEM, acompanha agricultores familiares com o intuito de realizar estudos de casos e auxiliar através dos trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER o alcance de uma resposta positiva junto do Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar, que é a certificadora neste Programa. O processo de certificação é burocrático e muitos produtores vêm encontrando obstáculos para alcançá-lo. Assim, para a execução deste trabalho foram utilizados 50 estudos de caso com produtores da região norte do Paraná, para investigar o interesse dos mesmos neste processo. Os resultados demonstraram que os agricultores estão tentando seguir os processos para a certificação de orgânicos, bem como acessar os mercados institucionais.

PALAVRAS- CHAVES: Agroecologia; Alimentos Orgânicos; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

1 INTRODUÇÃO

O cultivo de alimentos orgânicos é uma garantia de produção de alimentos livres do uso de agrotóxicos, fertilizantes solúveis, hormônios e qualquer tipo de aditivo químico, ou seja, a ausência de substâncias que prejudiquem a saúde humana e o meio ambiente.

A alta demanda de produção se dá pelo fato da grande busca de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e, conseqüentemente, agroindústrias, supermercados, feiras, dentre outros pontos de comercialização de alimentos, estão buscando se encaixar nesse perfil. Isso possibilita a expansão da produção de produtos orgânicos nas propriedades já caracterizadas como agroecológicas e também como incentivo para viabilização de conversão de propriedades, até então convencional, à produção orgânica.

Segundo a revista Exame (2014) o Brasil está em 10º lugar no ranking de produção de alimentos orgânicos, tendo em seu território um total de 705 mil hectares estimando aproximadamente 12.526 produtores visando esse mercado, vale a pena ressaltar que mesmo estando entre os 10 primeiros, o Brasil ainda fica atrás de países como a Argentina, por exemplo, que ocupa a segunda colocação mesmo possuindo território menor que o brasileiro.

Com a grande produção de orgânicos, aumentou também a importância da certificação dos produtos, processos e serviços, porque assim consumidores terão a segurança, por escrito, de que obedecem à determinados requisitos, dentro dos padrões da agricultura orgânica. A certificação compreende, então, a comprovação e a autorização para o exercício de culturas orgânicas nas propriedades previamente inspecionadas.

Assim sendo, com o intuito de auxiliar os agricultores familiares na comercialização, o governo brasileiro criou políticas de apoio, essas políticas públicas são PAA e PNAE, que compram os alimentos dos agricultores certificados para a distribuição em merendas escolares e outros; com isso, o mercado institucional é um local de venda garantida para tais agricultores.

Em 2013 o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), conservação de semente e mudas crioulas, aumentar a comercialização de produtos orgânicos capacitando o produtor e também oferecendo assistência de extensão rural; fortalecendo assim o comércio local gerando melhorias de vida pra o produtor e para os moradores da cidade. (MDA, 2015)

¹Acadêmico do Curso de Agronomia da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá – PR. Voluntária no Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos – PPCPO/UEM. Bolsista Programa Educacional Tutorial- PET. nascimentonayara9@gmail.com

²Engenheira Agrônoma - UEM, Maringá – PR - Técnica recém-formada do PPCPO samimessias@hotmail.com ³Engenheira Agrônoma - UEM, Maringá – PR - Técnica do PPCPO ligia_jung@hotmail.com

⁴Prof. Dr. Da Universidade Estadual de Maringá(DAG e PCE) coordenador do PPCPO/UEM emichellon@uem.br .



O PPCPO (Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos), por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), juntamente com a Universidade Estadual de Maringá – UEM, entre outras Instituições, vêm viabilizando reuniões que ajudam produtores na certificação na Região Noroeste do Estado. Tal trabalho é realizado por meio de estudos de casos de agricultores familiares e agroindústrias cujo o objetivo é catalogar toda a produção e comercialização. Os agricultores encontram diversas dificuldades para a certificação dos produtos, mesmo assim, insistem em obtê-la, pois são cientes de que a certificação abrirá espaço junto ao comércio para PAA e PNAE, aumentando assim a renda familiar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Os estudos de caso são realizados por meio de formulários, divididos de acordo com o tipo de produção (Vegetal, Animal, Processamento e Extrativismo Sustentável). Eles buscam obter informações que pode definir se o produtor possui ou não perfil para atuar no Sistema de Produção Orgânico, e somente serão encaminhados ao Tecpar caso este quesito seja verificado. As informações obtidas abrangem os seguintes aspectos da propriedade: localização, área de produção, rastreabilidade, requisitos legais como matrícula do imóvel, outorga de uso da água, reserva legal, aspectos sociais como condições de trabalho, acesso à escola, etc., ou seja, informações que se resumem no cumprimento da base da produção orgânica (Economicamente viável, Ecológica e Socialmente justa), da Lei Federal nº 10.831/2003, da Instrução Normativa 64/2008, das Instruções Normativas Conjuntas 17 e 18/2009 (CANINI, 2014).

Por sua vez, o PAA foi criado em 2003 com a intenção de alavancar a agricultura familiar, sendo uma ação de base pra o Programa Fome Zero, e com a finalidade de dar estabilidade econômica aos agricultores. Segundo o Governo Federal, ao comprar a produção orgânica da agricultura familiar, é garantido um preço justo, renda aos agricultores, redução do preço das cestas destinadas aos programas sociais e ainda, facilita o processo de doação de alimentos.

O PAA tem como base dois objetivos: a compra dos alimentos sem licitação e a destinação do mesmo às pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas pela rede socioassistencial.

O PNAE, também conhecido como merenda escolar, foi criado em 1940, quando se defendia a proposta de oferecer alimentação escolar, com a constituição de 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. Porém, somente em 2009 ficou determinado que 30% do valor investido para a alimentação escolar deveria ser proveniente da compra direta com agricultores familiares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2014 foram realizados estudos de casos, onde foi catalogada toda a produção comercialização entre outras características sobre a propriedade de cunho familiar. Dentre as 50 propriedades visitadas, nenhuma delas é certificada e algumas se encontram fase de adequação para futura certificação, já que as medidas exigidas pela legislação são burocráticas. Durante a realização desses estudos deixou-se claro que o agricultor optando pela segurança de venda de seus produtos procura, em sua maioria, os mercados institucionais (PNAE e PAA) conforme e mostrado na Tabela 1.

Tabela1: Atividade realizada pela Universidade Estadual de Maringá.

Local de Venda	Quantidade de produtores
Direto aos consumidores	35
Direto ao produtor	1
Direto na rua	1
Direto em restaurantes	1
Cooperativa	6
Feira	10
Mercado	5
Mercados institucionais	39
Associações	1
Agroindústria	9
Indústria Farmacêutica	2
Atravessador	2

Fonte: PPCPO/UEM (2014).



Os estudos constataram que a venda para mercados institucionais ocupa o primeiro lugar, com 78% dos agricultores optando por tal comércio, por ser uma venda certa e segura. É importante ressaltar que os produtos com certificação orgânica, possuem uma maior agregação de valor para a venda nesses mercados, e o lucro que o produtor obtém dessa venda retorna para a cidade, pois o mesmo investe em infraestrutura para a sua propriedade, dinamizando o comércio local, pela compra de outras mercadorias.

E, esses alimentos, por sua vez, são de melhor qualidade para os consumidores, pois eles não percorrem longas distâncias para serem comercializados, chegando assim mais frescos às mesas.

4 CONCLUSÕES

A certificação de produtos orgânicos para a entrega, em especial para o PAA e PNAE, é de suma importância para a agricultura familiar e, em teoria, essas políticas são bem planejadas, entretanto para que funcione de maneira mais eficiente seria de bom alvitre algumas melhorias, conforme destacado: processo de certificação menos burocrático, melhorias no repasse de verbas, aumentar o número de profissionais envolvidos e capacitados para com a certificação, além de claro, melhor incentivo de órgãos políticos, se essas medidas fossem atendidas inicialmente teria um maior benefício para o produtor, conseqüentemente, o consumidor.

Corroborando com esse processo foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), fazendo parte do Plano Brasil Agroecológico (2013-2015), com várias iniciativas, entre elas promover assistência técnica, conservação de mudas e sementes crioulas, apoiar a comercialização dos produtos gerando lucros para as cidades e para a vida desses agricultores familiares, implantar unidades de acesso a água e também melhorar a participação de produtos orgânicos em mercados locais, regionais e institucionais, que vem ao encontro das demandas levantadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

CANINI, R. C.; Jung, L. M.; Daniel, M. A.; Meira, F. M.; Messias, S.S.; Michellon, E. **A Experiência da Certificação Pública de Produtos Orgânicos**. 12º Fórum de Extensão e Cultura da UEM (2014).

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Planapo. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

REVISTA EXAME: **Copa dos orgânicos**, Vanessa Barbosa, São Paulo 21 jul. 2014. Disponível em:<<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/os-10-paises-artilheiros-em-agricultura-organica#1>> Acesso em: 20 ago. 2015.